

Cade adia decisão sobre venda de refinaria da Petrobras em Manaus **B6**

Câmara aprova projeto que regulamenta o "trust" no país **E1**

"A bolsa brasileira é o melhor lugar para se estar, exatamente porque está todo mundo vendendo", diz Stuhlberger **C6**



Valor

ECONÔMICO

Destaques

Cade condena cartel de cafeterias

O Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) condenou ontem cinco empresas e seis pessoas físicas por cartel em licitações realizadas para a instalação de cafeterias nos aeroportos de São Paulo (Congonhas), Florianópolis, Recife, Campo Grande, São José dos Pinhais e Macaé. As multas impostas somaram R\$ 4,7 milhões. **B8**

Atividades ilegais subtraem R\$ 337 bi

Atividades ilegais como contrabando, pirataria, roubo, sonegação de impostos e furto de serviços públicos (energia elétrica, principalmente) causaram prejuízo de R\$ 336,8 bilhões ao país no ano passado, segundo o estudo "Brasil Legal em Números", produzido pela Associação Comercial do Rio de Janeiro, em parceria com a Federação do Comércio e Federação das Indústrias do Estado. Desse total, R\$ 95 bilhões são relativos a tributos. **A6**

Sob nova direção



Embora longe da alta de 21% obtida em 2021, a indústria de máquinas e equipamentos prevê um novo ano de expansão do faturamento, na faixa de 5% a 6%, baseada na carteira de encomendas elevada e na ocupação da capacidade instalada, de 80%. Hoje, o empresário Gino Paulucci Júnior (foto), sócio da Polimaquinas, assume a presidência da Abimaq para o período 2022/23, em substituição a João Carlos Marchesan. **B6**

Assembleia da Eletrobras

O prazo para inscrições avulsas de candidatos ao conselho de administração da Eletrobras terminou ontem, sem a inclusão de novos nomes. Na Assembleia de acionistas marcada para sexta-feira, que definirá o novo conselho, a expectativa é que Ivan Monteiro assumirá o posto de chairman e Wilson Ferreira Jr., a presidência-executiva. **B4**

Seca reduzirá oferta global de arroz

O arroz deve se tornar o próximo desafio para o abastecimento global de alimentos, já que a escassez de chuva em regiões da Índia, de longe o maior exportador do mundo, fez com que a área de plantio encolhesse 13%, para o menor nível em cerca de três anos. O problema ocorre num momento em que o mundo enfrenta aumento de custos dos alimentos e escalada inflacionária. **B10**

Crédito de carbono já gira bilhões

O mercado de crédito de carbono já rende cifras bilionárias para as empresas brasileiras. Só um dos portfólios da consultoria e gestora Future Carbon, o de energias renováveis, reúne 18 projetos, com 70 milhões de toneladas de captura de carbono e US\$ 210 milhões em valor, ou seja, mais de R\$ 1 bilhão, disse Marina Canção, no evento "Finanças Sustentáveis", promovido pela AYA Initiative e Sistern International, com apoio do Valor. **C3**

Ideias

Mario Mesquita

Dados os riscos externos, a probabilidade de o PIB brasileiro crescer menos de 0,4%, ou retroceder, em 2023 não é baixa **A17**

Simon Johnson

Ninguém na Europa desejará o fornecimento de energia russa por décadas, ou enquanto o planeta usar combustíveis fósseis. **A17**

Indicadores

Indicador	30/07/22	Variação	08/08/22
Selic (taxa fixada)	13,75%	+0,00%	13,75%
Índice comercial (BC)	100,00	+0,00%	100,00
Índice comercial (overcall)	100,00	+0,00%	100,00
Índice comercial (overcall)	100,00	+0,00%	100,00
Índice comercial (overcall)	100,00	+0,00%	100,00
Índice comercial (overcall)	100,00	+0,00%	100,00
Índice comercial (overcall)	100,00	+0,00%	100,00
Índice comercial (overcall)	100,00	+0,00%	100,00

Selic vai a 13,75% e BC já põe 2024 no horizonte

Estevão Talar, Guilherme Pimenta, Lucinda Pinto e Victor Rezende De Brasília e de São Paulo

Em decisão unânime, o Comitê de Política Monetária (Copom) aumentou ontem os juros básicos em 0,5 ponto percentual, levando a Selic para 13,75% ao ano, o nível mais alto desde novembro de 2016. Em seu comunicado, o colegiado do Banco Central (BC) não se comprometeu com uma nova elevação da taxa, mas afirmou que vai avaliar a necessidade de um "ajuste residual" de "menor magnitude" na próxima reunião, marcada para setembro — ou seja, um aumento de 0,25 ponto, que faria a taxa alcançar 14%.

O Copom destacou "que a incerteza em

torno das suas premissas e projeções atualmente é maior do que o usual" e apresentou uma novidade: a menção, pela primeira vez, de que 2024 já faz parte do "horizonte relevante" de política monetária, ainda que em "grau menor" do que 2023.

As dificuldades que o pacote eleitoral do governo traz para a política monetária apareceram pela primeira vez no cenário do BC. As mudanças na tributação de itens como energia elétrica e combustíveis — que reduzem as estimativas para a inflação de 2022, mas elevam as de 2023 — fizeram o Copom dar maior atenção do que daria, a esta altura do ano, aos índices de preços projetados para o primeiro trimestre de 2024. Nesse cenário, o colegiado apresentou uma projeção para o IPCA

de 3,5% "para o horizonte de seis trimestres à frente". Contando a partir de agora, esse período acaba no início de 2024. O BC também ressaltou a possibilidade de as medidas fiscais de estímulo à demanda se tornarem "permanentes", acentuando "os riscos de alta" da inflação.

No cenário de referência do Copom, as projeções para a inflação são de 6,8% para 2022, 4,6% para 2023 e 2,7% para 2024. As metas perseguidas pelo BC, vale lembrar, são de 3,5% neste ano, 3,25% no ano que vem e 3% no ano seguinte. Para combater uma inflação que roda acima dos 10% desde setembro, o Copom promoveu a 12ª alta consecutiva da Selic. A taxa começou a subir em março em 2021, quando estava em 2%. **Páginas C1 e C2**

Minas realiza três leilões, de R\$ 10 bilhões

Tais Hirata De São Paulo

O governo de Minas Gerais planeja realizar três leilões de concessões rodoviárias na próxima semana, que envolvem R\$ 10 bilhões em investimentos. Na segunda-feira, está prevista a concorrência do lote Triângulo Mineiro, que retine 627,4 km de estradas. O vencedor deverá ser o Consórcio Infraestrutura MG, por ter sido o único a entregar proposta ontem, na B3, em São Paulo. Na sexta-feira, estão marcados os certames das PPPs do Rodanel de Belo Horizonte e do lote Sul de Minas. Para atrair interessados, os projetos passaram por revisões e alteração de valores nos últimos meses. **Página B4**

Câmara amplia cobertura de planos de saúde

Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto De Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou ontem proposta que obriga as operadoras de planos de saúde a cobrir tratamentos e procedimentos que não estejam no rol de referência da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Pelo projeto, os planos deverão autorizar as despesas desde que o procedimento tenha eficácia comprovada.

A aprovação do texto ocorre quase dois meses depois de o Superior Tribunal de Justiça (STJ) ter decidido que os planos de saúde não são obrigados a dar cobertura a tratamentos que não estejam na lista da ANS, que atualmente inclui 3.368 itens. O projeto segue agora para apreciação do Senado, o que deve ocorrer na próxima semana, segundo o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). **Página A7**

Vitru planeja vender o curso de medicina de medicina

Beth Koike De São Paulo

A Vitru, dona da Uniassevi, vai abrir processo competitivo para vender o curso de medicina da UniCesumar, pelo qual deve pedir cerca de R\$ 1,3 bilhão. O objetivo da venda é reduzir o endividamento da companhia, que captou R\$ 2 bilhões para comprar a UniCesumar no ano passado. Além disso, apesar de os cursos de medicina serem considerados os mais lucrativos da educação superior, não fazem parte do foco da Vitru, especializada no ensino a distância. O grupo tem hoje 342 vagas de medicina, com 1,6 mil alunos. **Página B1**

Agro agita portos do 'Arco Norte'

Érica Polo De São Paulo

À medida que o cultivo de grãos avança na confluência entre Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (Matopiba) e no norte de Mato Grosso, os portos do "Arco Norte" se tornam cada vez mais atraentes para os operadores logísticos, seja na exportação ou importação. Os terminais de Santarém e Belém (PA), São Luís (MA) e Salvador (BA) movimentaram 4,4 milhões de toneladas de adubos no 1º semestre, uma alta de 39%. Os embarques de soja cresceram 8%. **Página B10**

Hora H



O presidente da Ericsson no Cone Sul, Rodrigo Diemmann, disse ao "Valor" que todas as redes de 5G foram testadas exaustivamente — e sem qualquer problema — para a estreia em São Paulo, à meia-noite de ontem. A multinacional sueca forneceu os equipamentos para Vivo, TIM e Claro. **Pág. B8**

Treinamento flexível



Empresas adotam modelos flexíveis de treinamento para acompanhar mudança do trabalho híbrido. "Nosso papel é entender a necessidade de cada setor", diz Mariana Damiaty, do Banco Original. **Pág. B2**

Argentina anuncia plano econômico

Roberto Lameirinhas De São Paulo

Estabilizar o mercado de câmbio com o fortalecimento das reservas em dólares, compensar imediatamente as perdas nos salários com a inflação por meio de um bônus extraordinário e ampliar as exportações para aumentar o superávit primário são os eixos centrais do plano do novo superministro da Economia da Argentina, Sergio Massa, para enfrentar a grave crise do país.

"Não sou um mágico nem um salvador da pátria", disse Massa, na entrevista coletiva em que enumerou suas primeiras medidas econômicas desde sua indicação ao cargo, na semana passada. Ele prometeu cumprir a meta de 2,5% de déficit primário do governo, não usar o saldo do que resta no Tesouro até o fim do ano, congelar os gastos estatais e não conceder novos subsídios de energia a famílias ainda não inscritas no sistema de ajuda pública. **Página A 15**

Gestão ambiental no país tem o menor orçamento em 17 anos

Daniela Chiaretti De São Paulo

Os principais órgãos responsáveis pela política ambiental do país tiveram, em 2022, o menor orçamento em 17 anos, como resultado do desmonte imposto pelo governo do presidente Jair Bolsonaro, conforme relatório inédito do Instituto Socioambiental (ISA), em parceria com pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 2019, início do atual governo, a

dotação foi de R\$ 5 bilhões — já o menor valor desde 2005 — e após quedas consecutivas, chegou neste ano a R\$ 3,4 bilhões. O estudo incluiu os recursos da rubrica "gestão ambiental" do Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama), Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Fundação Nacional do Índio (Funai) e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). **Página A2**

LIVE do Valor

Às 12h, no www.valor.globo.com

Quinta, 4/08, às 12h - Roberta Medina, vice-presidente executiva do Itau em It

Sexta, 5/08, às 12h - Luciano Monteiro, diretor global de Comunicação e Sustentabilidade da Santitas, e Wilson Lino Gomes, conselheiro da Fundação Santitas para Políticas Anticorrupção

Brasil

Economia e democracia

Cristiano Romero



No domingo passado, o empresário Abílio Diniz sofreu a maior dor que pode se abater sobre um pai — a morte, causada por infarto fulminante, de seu filho João Paulo Diniz, aos 58 anos. Atleta como o pai, João Paulo sofria de doença congênita no coração. Pai de seis filhos, Abílio está devastado. A partida de um descendente é antinatural.

Quis o destino, este pregador de peças, que no mesmo domingo, 31 de julho, uma declaração infeliz do empresário fosse veiculada pelo jornalista Lauro Jardim, de "O Globo". Na contagem de dezenas de seus pares, Abílio não assinou o manifesto em defesa da democracia — batizado de "Carta aos brasileiros em Defesa do Estado Democrático de Direito" —, organizado pela Faculdade de Direito da USP e lançado no dia 26 de julho.

Economias precisam de regime democrático para florescer

O documento recebeu mais de 500 mil assinaturas, entre elas, de lideranças dos trabalhadores e magistrados, acadêmicos, políticos, advogados, jornalistas, economistas, cientistas e personalidades do mundo cultural e social. No próximo dia 11, data em que se comemora anualmente o aniversário do Centro Acadêmico da tradicional faculdade de Direito da USP, a carta será lida em manifestação que tem tudo para expressar a preocupação, nada frívola, de grande parcela da sociedade brasileira com a interrupção da ordem constitucional.

No século XX, a democracia foi abolida em dois momentos, quando foi suprimido o direito dos cidadãos ao voto direto para escolha do Presidente da República — em 1937-1945, durante o chamado Estado Novo, em 1964-1985, período em que o país esteve submetido a uma ditadura militar. No total, vivemos 36 anos sem eleger o primeiro mandatário deste enorme território — lembremo-nos que Getúlio Vargas não chegou ao poder em 1930 por meio do voto popular, a única eleição direta que o "pai dos pobres", ditador e herói das esquerdas até os dias de hoje, venceu em 1950. Quem imaginava há alguns

anos que, a esta altura da redemocratização, após a realização bem-sucedida de oito eleições diretas para presidente, estaríamos inquietos com a possibilidade — remota, na opinião do titular desta coluna — de nova interrupção do regime democrático? Este tema deveria não ser assunto, mas é preciso abrir os olhos e reconhecer que a tentação autoritária tem tirado o sono, nesta era das redes sociais, não apenas de povos acostumados a conviver com essa chaga, a começar, dos Estados Unidos, segunda nação, depois do Reino Unido, a viver há mais tempo sob os auspícios de uma democracia.

O titular desta coluna devota profundo respeito à dor do luto sofrido neste momento por Abílio Diniz e sua família. Ponto. Outrosim, como dever de um jornalista, é obrigado a tratar da justificativa dada pelo empresário por não assinar o manifesto pela democracia. Trata-se de algo simbólico, que explica muito da polarização política que assola e atrasa o Brasil há vários anos.

Dize Abílio, segundo Lauro Jardim em seu canal com os filhos, mas não apoio nem o Lula e nem o Bolsonaro. Sempre apoiou os governos. O que eu quero é ficar por perto, procurar ajudar e influir. Assim como fiz nos governos Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro".

Em 2004, Abílio Diniz, na época controlador do grupo Pão de Açúcar, decidiu confectionar nas saletas de seu supermercado homenagem ao sucesso da estabilização de preços, consagrada pelo Plano Real. Lançado em julho de 1994, o Real sucedeu depois de várias tentativas fracassadas de controle da inflação. Quando soube da iniciativa, a cúpula do governo Lula mandou emissário Abílio com uma recomendação clara: "Abílio, o governo não vê com bons olhos esta celebração". Ato contínuo, Abílio cancelou a homenagem. Isso mostra o quão frágil ainda é o ambiente democrático no Brasil.

Ainda há no país políticos, empresários e banqueiros crédulos da ideia de que regimes democráticos são chatos e que dificultam o crescimento de uma economia. O gráfico abaixo mostra que essa tese é tão falsa quanto uma nota de 3 reais. Sob democracias, além de crescerem em ritmo mais rápido, economias avançam com menos volatilidade. O milagre econômico brasileiro de 1967-1974 e a China economista não são desmentem essa tese: um dia o exército de reserva de mão de obra da China vai se esgotar, encobrindo o capital trabalhar; ademais, o povo chinês não viverá eternamente sob ditadura. No caso brasileiro, herdamos uma economia com tantos desequilíbrios que ainda hoje não conseguimos solucionar.

Cristiano Romero | diretor-adjunto de redação e escreve as quintas-feiras
E-mail: cristiano.romero@valor.com.br

Onde o PIB é menos volátil?

Crescimento real das economias



Com o VALOR DIGITAL, você aproveita as últimas notícias sobre economia e negócios onde e quando quiser.

ACESSE: VALOR.COM.BR

Aperto orçamentário reduz verba e enfraquece política ambiental

Daniela Chiaretti
De São Paulo

Em 2019, início do governo Bolsonaro, o orçamento destinado à gestão ambiental era de R\$ 5 bilhões, o menor valor desde 2005. Os anos seguintes foram de queda contínua e 2022 foi o quarto ano consecutivo de menor orçamento em 17 anos — R\$ 3,4 bilhões.

O diagnóstico é de um relatório inédito do Instituto Socioambiental (ISA) em parceria com pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) sobre o financiamento público entre 2005 e 2021 para a gestão ambiental.

O cenário de arrocho orçamentário dos principais órgãos que executam a política ambiental do país mostra uma redução significativa em relação aos anos em que o Brasil conseguiu melhor performance no controle do desmatamento. "Tomando como referência o desmatamento na Amazônia Legal em 2012, que representa a menor taxa da série histórica e a implementação de importantes medidas de gestão ambiental [gestão de áreas protegidas, políticas de comando e controle, monitoramento ambiental, etc], as despesas na função gestão ambiental em 2021 tiveram uma redução de 60%", diz a análise.

Foram analisados os orçamentos na rubrica gestão ambiental do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

"Analisamos a rubrica gestão ambiental desde órgãos. O Inpe, por exemplo, tem muitas atividades. Olhamos o financiamento público no monitoramento do desmatamento e de queimadas", ilustra Camila Rizini Freitas, da UFRJ, uma das autoras do estudo.

Adotação inicial para o Ministério do Meio Ambiente sofreu queda expressiva em 2020 e 2021, chegando a apenas 40% do valor proposto em 2019. O Valor procurou o MMA mas não obteve retorno até o fechamento da edição.

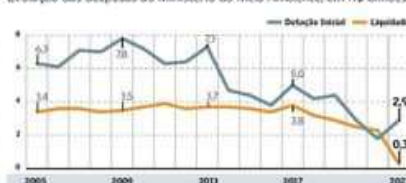
"O mais grave ao olharmos as rubricas do orçamento aprovado pelo Congresso é o efetivamente executado", diz Antonio Ovidio, assessor do ISA e um dos autores da análise. "Além da redução dos orçamentos dos órgãos responsáveis pela pauta ambiental e indigência, também foi reduzida a implementação dos recursos. Ou seja: o orçamento ficou menor e o gover-



Antonio Ovidio, do ISA: "O Brasil, historicamente, não é um país que prioriza a gestão ambiental no orçamento"

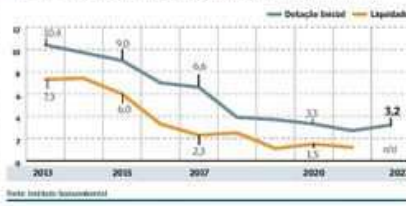
Em queda

Evolução das despesas do Ministério do Meio Ambiente, em R\$ bilhões



Terra arrasada

Montecarismo da Cobertura da Terra e do Risco de Queimadas, em R\$ milhões



no não gasta 100% do aprovado".

O caso do Inpe é um dos mais dramáticos. O órgão é referência nos dados de monitoramento do desmatamento e de queimadas pela análise de imagens de satélite. O Prodes, por exemplo, contabiliza o desmatamento da Amazônia e é o dado oficial do Brasil ano a ano desde 1988. Os alertas de desmatamento do Deter contribuíram com a redução do desmatamento em 83% entre 2004 e 2012. Desde 2013, contudo, o órgão sofre uma redução de 74% em suas despesas.

"O Brasil, historicamente, não é um país que prioriza a gestão am-

biental no orçamento. Todo o recurso destinado à gestão ambiental fica em torno a 1% a 2% do orçamento do Executivo", diz Ovidio. "O que percebemos, nos últimos três anos, é que o orçamento da gestão ambiental, que já era baixo, teve uma redução de 66% em 2021, para os sete principais órgãos executores da agenda ambiental".

São órgãos que possuem programas ou ações ambientais como fiscalização e monitoramento, implementação de áreas protegidas, gestão de terras indígenas, regularização de territórios quilombolas, controle de qualidade ambiental

urbana e rural, por exemplo.

"A agenda do desmonte ambiental não é algo ao acaso, mas uma estratégia que começa com a desorganização dos recursos humanos das agências governamentais e, em um segundo movimento, na redução do orçamento e, portanto, das capacidades de implementação das políticas públicas", segue Ovidio.

O estudo, que contou ainda com o pesquisador Rodrigo Abreu Carvalho, também da UFRJ, levanta o financiamento público da política ambiental brasileira desde 2005. A análise foi feita com base nos dados do orçamento federal do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Sisop). Os valores estudados foram da dotação inicial — que representa as prioridades do Executivo que envia a Proposta de Lei Orçamentária a ser aprovada pelo Congresso. O segundo eixo da análise são as despesas liquidadas, ou seja, o montante de recursos efetivamente gastos.

Os resultados da análise também mostram queda na execução orçamentária do SFR, o órgão que passou ao Ministério da Agricultura e controla a validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no sistema. "Estamos em uma fase de validação do CAR e de somar esforços para implementação do Código Florestal", diz Ovidio. "O que temos hoje é muita assimetria no CE. Territórios de populações tradicionais, como quilombos, permanecem invisíveis no cadastro do CAR. Com o corte no orçamento, corremos o risco de validar imóveis privados dentro de quilombos que terão muita dificuldade em validar seus territórios".

Funai muda novamente comando no Vale do Javari

Agência O Globo, de Brasília

A Fundação Nacional do Índio (Funai) publicou ontem a nomeação de Gutemberg Castilho dos Santos como novo coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental do Vale do Javari. Desde o início da gestão de Jair Bolsonaro (PL), ele será o sétimo indicado a ocupar esse posto, que é responsá-

vel pelas atividades na região onde o indígena Bruno Pereira e o jornalista britânico Dom Phillips foram assassinados em junho.

Em meio ao clima de insegurança, ameaças e hostilidades, o antigo coordenador, Leandro Ribeiro do Amaral, deixou o cargo na semana passada, a pedido, menos de quatro meses após assumir a função.

A coordenadoria está sem um titular desde 2020, quando um servidor deixou o cargo com apenas três meses de trabalho. Desde então, apenas interinos têm assumido a coordenação da unidade, como foi o caso de Amaral, nomeado em abril. Da mesma forma, Gutemberg Castilho, que já atuava como servidor da Frente de Proteção, foi nomeado como interino.

Depois dos assassinatos de Pereira e Phillips, medidas de segurança foram exigidas pelo Ministério Público e Defensoria Pública, e foram realizadas vitórias parlamentares in loco, para requisitar proteção aos funcionários locais e indígenas. No entanto, relatos da região colhidos pela reportagem apontam que o cenário de insegurança não mudou.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

- All Inflow B7
- Anglo Saneamento B4
- Aryfi B1
- Arroyo AB
- Arvivo B7
- Ázima B1
- Atam B6
- Banco do Brasil B9
- Bank of America C4
- BP Bunge Biocombustível B9
- Brasileiro AB
- Brasileiro BB1 B5
- BTC C1
- BTC Pactual AB, C4
- Co. C1
- Canadian Imperial Bank of Commerce C2
- CEEE-G B4
- Cent C4
- Claro B2
- Claro B8
- CL1 B10
- Cognia B1
- Copa B10
- Confederação Investimentos C2
- Cred B10
- Credit Suisse B4
- Cresol B9
- CSN B4, B9
- Distribuidora Equatorial de Produtos de Petróleo B6
- Ecolodivus B4
- Eletronas B4
- Equatorial B4
- Equipax B4
- Eticon B8
- FIA Business School B2
- Fogão B6
- Futura Carbon C3
- Genibus B5
- GFL B7
- GrubHub B10
- Grupo Fisury B2
- Itaú A7
- Igã Capital B10
- Iguazu B1
- Indústrias B2
- Ipiranga B1, B6
- Ironhack B2
- Itaú BBA C4
- Itaú Urbano AB
- J.P. Morgan C1
- JES AB
- JCP C6
- Lenny Merin B2
- Light B4
- Microparc C3
- Machecan B6
- Marling AB
- Mercado Livre B1
- Mobru Casa Financiada B1
- Mônica B2
- Rubens B10
- Qubtree Capital Management C6
- Original B2
- Outlook B1
- Papato Fish B7
- Perfi B4
- Petrópolis B4, B6, B9
- Palmquist B6
- Pivo B6
- Ralim B6
- Revvo B2
- Santander AB, B2, B5
- Sicredi B9
- Sicredi B9
- Sponge Enterprises B10
- Sinox B10
- Suzano AB
- Telcelcom Italia B1
- Teléfonica B8
- TIM B8, C1
- Tra-S&S B4
- Traut Investments C2
- UltraSurg B1
- UltraSurg B1
- UltraSurg B1
- Univer B2
- Vale AB, C6
- Vale Asset C6
- Vista Capital C6
- Vivo B1
- XP AA, C6
- Yara B9
- Yubu B1